U.PORTO

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DA JUSTIÇA E DA DESVIÂNCIA

Aliciamento Sexual: Estratégias utilizadas pelos ofensores

Sofia Cardoso

M

2025

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

ALICIAMENTO SEXUAL: ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS OFENSORES

Bárbara Sofia Corte Real de Oliveira Cardoso

Outubro, 2025

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, especialização em Psicologia da Justiça e da Desviância, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora ***Celina Manita*** (FPCEUP).

Avisos Legais

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Resumo

O aliciamento sexual é um fenómeno complexo, caracterizado pelo recurso a diferentes estratégias de manipulação, utilizadas pelos ofensores para conquistar a confiança de crianças e adolescentes e, por vezes, de pessoas significativas do seu círculo social, de modo a facilitar o abuso ou a exploração sexual dos menores.

Este estudo analisou dinâmicas de aliciamento utilizadas em Portugal, *online* e *offline*, a partir de 21 decisões judiciais relativas a crimes de aliciamento para fins sexuais. Procurou-se identificar comportamentos e estratégias comuns, utilizadas pelos aliciadores, padrões de abordagem e de interrelação com as vítimas, motivações para os comportamentos de *grooming* sexual. O estudo adotou uma abordagem metodológica qualitativa e hermenêutica, na linha das metodologias não intrusivas (*unobtrusive methodologies),* recomendadas para estudos de fenómenos sensíveis e estigmatizados, envolvendo amostras de difícil acesso, como as dos ofensores sexuais. O método base a que recorremos foi a análise documental, com recurso a uma análise de conteúdo de tipo categorial, e posterior quantificação de alguns dados sociodemográficos e criminais, de agressores e vítimas, para análise integrada de dimensões mais qualitativas e mais quantitativas.

No corpus documental analisado, verificou-se que todos os aliciadores eram do sexo masculino (com uma média de 31,5 anos), 47,6% dos quais envolvidos, também, em crimes de pornografia infantil; as vítimas tinham uma média de idades de 14,5 anos, e 57,1% eram previamente conhecidas dos aliciadores. Predominaram casos *contact-driven*, ainda que muitas interações tenham ocorrido *online*, podendo aplicar-se, com pequenas variações, os modelos de O'Connell (2003), Winters et al. (2020) e Webster et al. (2012) à compreensão das diferentes situações encontradas. Foram identificadas nove categorias de estratégias de aliciamento dominantes, designadamente, self-*grooming*, *grooming* familiar, institucional, aproximação e manipulação, construção de vínculo, dessensibilização e sexualização explícita. Conclui-se que o aliciamento sexual / *sexual grooming* é um processo intencional, adaptativo e multifacetado, explorando vulnerabilidades individuais e contextuais em percursos, frequentemente, não lineares. Os resultados evidenciam a necessidade de políticas preventivas e de intervenção, como programas educativos e formação de pais e profissionais.

Palavras-chave: Aliciamento sexual; Estratégias de manipulação; Agressores sexuais, Modelo de O´Connell; Análise documental.

Abstract

Sexual grooming is a complex phenomenon characterized by the use of different manipulation strategies employed by offenders to gain the trust of children and adolescents and, sometimes, of significant people in their social circle, to facilitate the sexual abuse or sexual exploitation of minors.

This study analysed grooming behaviours and dynamics in Portugal, both online and offline, based on 21 court decisions relating to crimes of sexual grooming. It aimed to identify common behaviours and strategies used by groomers, patterns of approach and interrelation with victims, and motivations for sexual grooming behaviours. The study adopted a qualitative and hermeneutic methodological approach, in line with the framework of unobtrusive methodologies, recommended for the study of sensitive and stigmatized phenomena, involving samples that are difficult to access, such as those of sex offenders. The main method we used was a documentary analysis, with recourse to categorical content analysis and subsequent quantification of some sociodemographic and criminal data on offenders and victims, for integrated analysis of more qualitative and quantitative dimensions.

It was found that all perpetrators were male (with an average age of 31.5 years), 47.6% of whom were also involved in child pornography crimes; the victims had an average age of 14.5 years, and 57.1% were previously known to the perpetrators. Contact-driven cases predominated, although many interactions occurred online. The theoretical models of O'Connell (2003), Winters et al. (2020), and Webster et al. (2012) can be used, with minor variations, to understand the different situations encountered. Nine categories of dominant grooming strategies were identified, namely self-grooming, family grooming, institutional grooming, approach and manipulation, bond building, desensitization, and explicit sexualization.

Sexual grooming was found to be an intentional, adaptive, and multifaceted process, exploiting individual and contextual vulnerabilities in often non-linear paths. The results highlight the need for new preventive and intervention policies, such as educational programs and training for parents and professionals.

Keywords: Sexual grooming; Manipulative strategies, Sex offenders; O´Connell Model; Documental analysis.

Introdução

O *sexual grooming,* ou, na designação que tem vindo a assumir em Portugal, o aliciamento sexual[1], é considerado um fenómeno complexo e multifacetado, que tem vindo a receber crescente atenção a nível global, dada a sua prevalência e o impacto traumático que tem nas vítimas, particularmente em crianças e adolescentes. Trata-se de um processo de progressiva manipulação emocional e psicológica, que visa conquistar a confiança da vítima e criar condições propícias para desencadear a exploração sexual. Com o avanço das tecnologias digitais e a divulgação e uso intensivo das plataformas de comunicação *online*, o aliciamento sexual tornou-se ainda mais comum e difícil de detetar, expandindo-se para além dos contextos físicos tradicionais e envolvendo novas estratégias de manipulação e atração das vítimas.

Embora o aliciamento sexual não seja um comportamento novo, a crescente utilização da internet como ferramenta para a sua prática trouxe novos desafios às autoridades e à sociedade, em geral, principalmente quando os aliciadores conseguem garantir o segredo por parte das vítimas. Plataformas de redes sociais, salas de *chat*, espaços de vídeo-*chat* e aplicações de mensagens funcionam como ambientes de risco, onde os aliciadores podem interagir com crianças e adolescentes, de forma facilitada, sem as barreiras físicas e sociais que dificultavam esse contacto em contextos presenciais. A literatura indica que os aliciadores *online* utilizam, frequentemente, identidades falsas e técnicas de persuasão sofisticadas, para manipular emocionalmente as suas vítimas, dessensibilizá-las em relação a conteúdos sexuais e prepará-las para o abuso sexual, presencial ou *online*.

Dado este crescimento continuado, as suas novas expressões e o impacto que este fenómeno tem, nas vítimas e na sociedade, em geral, torna-se fundamental conhecer as características dos aliciadores, as suas motivações, estratégias e comportamentos, para melhor poder prevenir ou combater o grooming sexual. Este estudo procura ser um contributo nesse sentido.

[1] Na língua portuguesa, o termo *"grooming"* não possui uma tradução direta, embora seja o termo utilizado internacionalmente para referir esse fenómeno. Em Portugal, este crime está juridicamente enquadrado como "aliciamento de menores para fins sexuais" (art. 176.º-A do Código Penal). Neste trabalho, opta-se por usar "aliciamento sexual" como terminologia principal, salvo quando se fizer referência à literatura internacional, em que será mantido *sexual grooming*. A alternância entre ambos os termos permite ao leitor reconhecer a terminologia internacional e facilita o cruzamento com informação da literatura em inglês.

Aliciamento Sexual: Conceito e Evolução

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o abuso sexual envolve todos os atos, ou tentativas de ato, de cariz sexual (desde comentários a assédio sexual, contactos verbais ou físicos, tráfico, escravidão sexual, violação, entre outros) coercivos ou não desejados, não consentidos, perpetrados por familiares, conhecidos ou desconhecidos das vítimas, em diferentes contextos, intra ou extrafamiliares, institucionais ou externos, incluindo o contexto virtual. Este conceito abrange, portanto, uma ampla gama de comportamentos sexuais ou sexualizados, que podem envolver contacto físico direto, como toques, carícias, sexo oral ou penetração, mas, também, formas não físicas, como voyeurismo, assédio, exposição a conteúdos sexuais, pornografia e exibicionismo, frequentemente acompanhados por coação, manipulação ou violência física. As consequências desse abuso são de natureza múltipla, podendo resultar em dano físico, sexual, psicológico ou emocional, isolamento social, entre outros impactos, com consequências negativa que se manifestarão ao longo da vida (Habigzang, Dala Corte, Hatzenberger, Stroeher & Koller, 2008; UNICEF, 2023; WHO, 2012).

O conceito de *sexual grooming* (aliciamento sexual), ganhou visibilidade na literatura a partir dos anos 80, particularmente com o estudo de Conte, Wolf e Smith (1989)**,** que investigaram relatos de ofensores sexuais condenados, de forma a identificarem comportamentos preparatórios antes do abuso. Nesse estudo, foram observadas práticas como a seleção de vítimas consideradas vulneráveis, a aproximação gradual e o estabelecimento de confiança e dependência emocional, bem como o uso de atenção especial, presentes ou carícias para testar limites e reduzir resistência das vítimas. Também se relataram estratégias de isolamento ou intimidação subtil, muitas vezes camufladas por gestos de afeto, sendo tudo parte de um processo planeado e manipulativo que antecede o abuso.

Na década de 2000, a investigação sobre o aliciamento sexual alcançou um desenvolvimento significativo, com importantes contribuições de diversos investigadores. Craven, Brown e Gilchrist (2006) realizaram uma revisão abrangente da literatura, destacando que o *grooming sexual* (aliciamento sexual) é um processo pelo qual o agressor prepara a criança, os adultos significativos e o ambiente para o abuso sexual. Este processo envolve uma série de comportamentos manipulativos que visam estabelecer uma relação de confiança e, em alguns casos, de dependência emocional, muitas vezes através de comunicação virtual, que poderá evoluir para encontros presenciais.

Anne-Marie McAlinden (2006) ampliou essa compreensão ao introduzir a ideia de que o *grooming sexual* não se limita à vítima direta, mas também pode envolver a família e a comunidade, criando uma rede de confiança que facilita o acesso à criança e dificulta a deteção do abuso. Argumenta também que os agressores podem manipular não apenas a vítima, mas os adultos significativos e as instituições, como escolas e organizações, para garantir o segredo e a continuidade do abuso.

David Thornton (2005) observou que o sexual *grooming* é uma característica omnipresente do abuso sexual infantil, ocorrendo tanto de forma presencial quanto por meios digitais, como em salas de *chat online*. Este destacou que o comportamento do agressor visa estabelecer a confiança da criança e da sua rede social, criando uma "fachada" que facilite futuros abusos.

Já Berson (2003) focou-se especificamente no contexto *online*, destacando que os aliciadores utilizam estratégias para reduzir as inibições da criança, através de uma progressiva dessensibilização e controlo. Essa fase inicial é caracterizada por comportamentos aparentemente inofensivos, como demonstrações de afeto ou interesse, que têm como objetivo criar uma ligação emocional com a vítima.

Na década de 2010, o fenómeno do aliciamento sexual ganhou visibilidade pública, especialmente após eventos de grande repercussão mediática e avanços na investigação científica. Em 2011, a prisão de Jerry Sandusky, ex-assistente técnico da equipa de futebol da Universidade Penn State, por abusos sexuais infantis, destacou a natureza manipulativa e gradual do aliciamento sexual. Este caso demonstrou como aliciadores podem estabelecer relações de confiança com crianças e adolescentes, utilizando contextos como organizações desportivas para facilitar o abuso.

No contexto da Igreja Católica, Spraitz e Bowen (2018) realizaram uma análise de conteúdo retrospetiva dos arquivos de 16 padres credivelmente acusados de abuso sexual na Diocese de Joliet, Illinois. Os resultados sugerem que os padres acusados utilizaram oito técnicas de aliciamento sexual para abusar das suas vítimas, para estabelecer confiança e reduzir a resistência das vítimas. Com base nesses achados, os autores propõem uma taxonomia comportamental do *grooming* sexual por padres.

Lanning (2010) define o *sexual grooming* como o uso de técnicas não violentas para obter acesso sexual e controlo sobre vítimas infantis. Este processo envolve a identificação de alvos vulneráveis, a recolha de informações sobre os interesses e vulnerabilidades das vítimas, para serem usados contra estas, e o acesso às vítimas através de contextos em que estas estejam inseridas. Além disso, o *sexual grooming* inclui estratégias para reduzir inibições, como o desenvolvimento de vínculos emocionais, a pressão dos pares e apelos à simpatia.

O aliciamento sexual pode, então, ser descrito com base em três objetivos principais: (1) facilitar a consumação do abuso sexual, reduzindo a resistência da criança (Bennett & O'Donohue, 2014; Howitt & Sheldon, 2007); (2) possibilitar a repetição dos abusos com a vítima (Knoll, 2010); e (3) prevenir a denúncia do abuso, promovendo o segredo ou sugerindo que o comportamento é normal (McAlinden, 2006; Leberg, 1997). Uma característica central do aliciamento sexual é a manipulação da confiança da vítima e a exploração subsequente dessa confiança. Este processo não se limita à fase pré-abuso, podendo também estender-se para além da exploração inicial, com o objetivo de restabelecer a relação e garantir a conformidade da vítima para futuros abusos, e a manutenção do segredo. Esse processo inclui estratégias para obter acesso à criança, assegurar a sua conformidade e garantir que o abuso permaneça em segredo, minimizando os riscos de descoberta.

O processo de aliciamento sexual não se reporta exclusivamente à interação direta entre o agressor e a criança, envolve uma complexa dinâmica de manipulação e quebra de confiança, que pode estender-se às famílias (ou outros responsáveis pelo menor) e à comunidade onde o abusador está inserido. De acordo com a literatura especializada, e como apontado por Craven et al. (2006) e Van Dam (2001), o agressor não só manipula a vítima, mas também a sua rede de apoio, incluindo os familiares e a comunidade, com o objetivo de garantir o acesso à criança e reduzir o risco de exposição do seu comportamento criminoso. Este processo de manipulação da confiança é fundamental para a concretização do abuso sexual, pois permite ao agressor criar uma rede de relações que envolvem a criança, a sua família e as pessoas à sua volta, sem despertar desconfianças, garantindo que não será descoberto, e que, mesmo que denunciado, a sua palavra possa ter mais valor do que a própria denúncia ou provas. Uma estratégia que tem sido designada como aliciamento do ambiente envolvente da criança. Este processo é facilitado por uma série de fatores psicológicos, como a dissonância cognitiva que leva os pais a minimizar ou ignorar sinais de alerta, ajustando as suas perceções para justificar o comportamento do agressor, conforme observou Van Dam (2001).

A dinâmica de aliciamento sexual pode ser analisada através de várias fases, começando pelo *self-grooming*, que se refere ao processo de justificação interna do comportamento abusivo, pelo próprio agressor, muitas vezes, relacionado com a superação de barreiras psicológicas que inibiriam as suas ações (Finkelhor, 1984), preparando-se, assim, mentalmente para justificar ou negar os seus próprios comportamentos. Segundo Van Dam (2001), durante o tratamento, os ofensores frequentemente mencionam a "autojustificação" como uma forma de lidar com a dissonância cognitiva, evitando a responsabilização pelas suas ações. Este *self-grooming* é essencial para que os agressores se sintam legitimados nas suas ações e prossigam com o processo de abuso, frequentemente reforçado pelo sucesso nas suas tentativas de manipulação e pela normalização gradual do comportamento sexual. O processo de aliciamento sexual também inclui o desenvolvimento de teorias implícitas, como as identificadas por Ward e Keenan (1999), que auxiliam os agressores a racionalizar o abuso sexual, permitindo-lhes ver as crianças como objetos sexuais ou sentir um certo direito sobre estas, baseando-se em interpretações distorcidas do mundo e das relações interpessoais.

A eficácia do processo do aliciamento sexual é ainda maior quando o aliciamento do ambiente se revela bem-sucedido, o que é mais fácil quando o agressor se insere em comunidades pequenas ou em ambientes de alta confiança, como escolas, igrejas ou organizações de voluntariado, onde pode construir uma imagem pública de respeito, confiança e ser bem visto nessa comunidade, diminuindo, assim, as possíveis suspeitas. Este tipo de aliciamento, designado aliciamento institucional, pode incluir a participação em atividades que proporcionam acesso contínuo a crianças, como o caso de educadores, treinadores ou membros de organizações juvenis (Leclerc e Felson, 2016). O aliciamento institucional é particularmente insidioso, pois, muitas vezes, passa despercebido até que uma forma de abuso físico tenha ocorrido e sido detetada, devido à imagem de credibilidade e apreço que o agressor construiu dentro da comunidade.

No que diz respeito ao aliciamento da criança, este processo pode ser dividido em duas vertentes principais: o aliciamento físico e o psicológico. O aliciamento físico envolve a sexualização gradual da relação, através de toques progressivamente mais íntimos e invasivos, no caso do aliciamento *offline*, ou de uma sexualização progressiva das interações e de normalização do relacionamento sexualidade entre um adulto e uma criança, nos casos de aliciamento online. Por seu turno, o aliciamento psicológico visa preparar a criança para aceitar o abuso sexual, muitas vezes, através da normalização do comportamento do agressor. Este processo inicia-se com interações aparentemente inofensivas, como toques não sexuais (e.g.,,

cócegas ou carícias), que, com o tempo, vão sendo substituídos por toques de natureza sexual. Paralelamente, os agressores utilizam estratégias psicológicas para confundir a criança, criando um ambiente de vergonha ou culpa, o que dificulta a denúncia do abuso. Frequentemente, a criança é levada a acreditar que é responsável pelo abuso, ou que está, de alguma forma, a contribuir para a situação e que foi ela a "seduzir" o agressor, o que reforça o seu silêncio, como observado por Berliner e Conte (1990) e Leberg (1997).

Aliciamento Sexual em Portugal

Além da literatura internacional, já existe investigação relevante em Portugal sobre o aliciamento sexual, ainda que nem sempre utilizando explicitamente esse termo. Por exemplo, Branca, Grangeia e Cruz (2016) realizaram um estudo exploratório que revelou que 20,5% dos jovens portugueses já experienciaram situações de *grooming online*, destacando a necessidade urgente de intervenção e prevenção.

Em 2019, Manita e Barbosa aprofundaram a compreensão do fenómeno, explorando as estratégias e dimensões do aliciamento sexual *online* em Portugal. Através de entrevistas semiestruturadas com agressores e vítimas, identificaram duas abordagens distintas: uma direta, com introdução imediata de temas sexuais, e outra baseada na criação e manutenção de um vínculo relacional, alinhada com as estratégias centrais do processo de aliciamento sexual.

Em 2021, Teixeira e Sani investigaram a perceção dos pais portugueses sobre o aliciamento *online* de menores durante a pandemia de COVID-19. A pesquisa revelou que, apesar de muitos pais não conhecerem o termo "*grooming online*", a maioria considerava o fenómeno muito sério após ser informado sobre o significado do mesmo.

Em 2023, Manita e Carmo avaliaram o conhecimento, as perceções e as necessidades de formação sobre o *grooming online* entre profissionais que trabalham com crianças e adolescentes em Portugal. Os resultados indicaram que, embora a maioria dos participantes tenha ouvido falar do termo "*grooming online"*, apenas uma minoria recebeu formação específica sobre o tema. No entanto, os profissionais demonstraram motivação para prevenir o *grooming* sexual *online* e consideraram que, se recebessem formação adequada baseada em evidências, poderiam ser agentes essenciais na prevenção e intervenção neste fenómeno.

Aliciamento Sexual Online

O aliciamento sexual é particularmente relevante no contexto digital, no qual a internet oferece um acesso ilimitado a potenciais vítimas e um ambiente de anonimato que facilita a interação entre predadores e vítimas. O termo "aliciamento" descreve a forma como o aliciador "prepara" a vítima para a exploração sexual, o que, no ambiente *online*, ocorre, frequentemente, em espaços como salas de *chat*, redes sociais e outros fóruns de comunicação virtual (Brown, 2001).

Este fenómeno, embora não seja recente, adquiriu novas dimensões com o avanço da internet, dada a rapidez e a amplitude das interações proporcionadas pelas plataformas digitais. Gillespie (2002) destaca que, embora o conceito de *sexual grooming* (aliciamento sexual) não seja inovador, a internet ampliou significativamente as oportunidades para a exploração sexual de menores, devido ao anonimato e ao acesso imediato a potenciais vítimas, que expõem as suas informações *online* e permitem aos agressores filtrar as suas preferências (idade, localização, aspeto, contexto familiar...). Estudos recentes indicam que o número de casos reportados de aliciamento *online* tem aumentado nos últimos anos, refletindo o crescimento do acesso à internet entre crianças e adolescentes. Por exemplo, em relatórios de 2021–2024, registou-se um aumento anual médio de 15% nos casos de aliciamento digital notificados às autoridades em diversos países europeus (Europol, 2024). O processo de aliciamento *online* distingue-se, portanto, pela utilização de tecnologias digitais para seduzir e manipular as vítimas, frequentemente sem a necessidade de um contacto físico.

A natureza do aliciamento *online* é, em grande medida, favorecida pela falta de regulação e supervisão do conteúdo digital, quer nas redes, quer por parte dos cuidadores dos menores, o que cria um ambiente propício à sua concretização. Os aliciadores utilizam a falsa sensação de anonimato para enganar as suas vítimas, frequentemente, criando identidades fictícias que se ajustam às necessidades emocionais ou desejos da criança, criando uma imagem de "amigo" ou "confidente". Ao longo do tempo, esses indivíduos tentam conquistar a confiança da criança ou jovem, muitas vezes oferecendo-lhe atenção, afeto ou presentes, como forma de estabelecer um vínculo emocional (Berson, Berson & Ferron, 2002). Através dessa manipulação, podem, progressivamente, dessensibilizar a criança em relação a conteúdos sexualizados, como a exposição a pornografia ou sugestões de encontros presenciais.

A vulnerabilidade das vítimas no ambiente digital é aumentada pela sua necessidade de validação e reconhecimento, o que pode tornar as crianças e adolescentes mais suscetíveis ao

aliciamento sexual. A comunicação digital, que muitas vezes se dá de forma anónima e sem os sinais não-verbais que caracterizam as interações face a face, facilita a criação de relações íntimas, mas enganadoras. A manipulação emocional é, portanto, um componente essencial do processo de aliciamento, uma vez que os aliciadores exploram as carências afetivas das vítimas, como a solidão ou o desejo de pertença, de forma a criarem um laço emocional que pode facilitar o abuso (Brown, 2001).

O estudo de O'Connell (2003) aponta que, no contexto do *grooming online*, os ofensores muitas vezes "disfarçam" a sua identidade, ao criarem perfis fictícios para atrair crianças em plataformas de comunicação e identificando vulnerabilidades emocionais que possam ser manipuladas. Esses agressores trabalham de forma gradual, desenvolvendo uma relação de confiança com a vítima e criando um senso de exclusividade que dificulta a perceção do abuso por parte de terceiros.

As investigações de Wolak et al. (2004) evidenciam que, embora a maior parte dos casos de *grooming sexual (*aliciamento sexual) não envolvam o contacto físico imediato, muitos culminam em encontros presenciais, frequentemente, com a consumação de crimes sexuais. Em 74% dos casos, o encontro presencial ocorreu e, em 93% desses casos, resultou em contacto sexual ilegal. A natureza digital do aliciamento permite ao agressor estabelecer interações com múltiplas vítimas, simultaneamente e de forma privada, algo que seria muito mais difícil no contexto físico. Além disso, o anonimato oferece uma sensação de segurança ao agressor, permitindo-lhe manipular e explorar as vítimas sem o risco imediato de ser identificado. A escolha das vítimas é, muitas vezes, baseada na análise de perfis em redes sociais e fóruns virtuais, procurando-se sinais de vulnerabilidade emocional ou desinibição em relação a temas sexuais, que tornam a vítima mais suscetível à manipulação ou à curiosidade sexual (Malesky, 2007).

As estratégias utilizadas pelos ofensores *online* incluem a introdução de conversas sobre sexo, o envio de material pornográfico ou a solicitação de atos sexuais, com o intuito de reduzir as inibições da vítima. A literatura indica que o anonimato *online* tem um efeito desinibidor, tornando as crianças e adolescentes mais vulneráveis a interações sexuais que, normalmente, evitariam no contexto físico (Wolak & Finkelhor, 2013). Embora o uso da tecnologia por ofensores sexuais não seja uma novidade, o que se observa é uma evolução nas táticas utilizadas, permitindo-lhes aliciar e manipular as vítimas de maneira mais eficaz e abrangente. O conceito de "Dissociative Anonymity" (Suler, 2004) descreve o modo como a separação entre

a identidade *online* e *offline* facilita comportamentos mais desinibidos. O agressor, ao criar uma persona fictícia, ou ao utilizar informações limitadas, consegue ocultar a sua verdadeira identidade e manipular a vítima com mais eficácia. A dissociação entre o "eu *online*" e o "eu real" contribui para a suspensão de restrições morais e sociais, facilitando a realização de ações desviantes, como o aliciamento sexual. No ambiente *online*, o processo de manipulação emocional, que, frequentemente, envolve a criação de uma falsa sensação de afeto, confiança e exclusividade, é um componente essencial para a preparação da vítima para o abuso sexual (Brown, 2001).

É importante notar que o aliciamento sexual não se limita a interações com crianças pequenas, podendo envolver, também, adolescentes que, na procura por experiências sexuais ou numa fase de exploração e curiosidade, podem também ser manipulados por agressores sexuais. Embora o aliciamento sexual tradicional ocorresse em contextos físicos, como parques ou eventos desportivos, a internet proporciona uma plataforma global onde os predadores podem ocultar a sua identidade e atuar sem as limitações impostas pelo espaço físico. Esta mudança de dinâmica, facilitada pelo anonimato e pela facilidade de acesso à informação, transforma o ambiente digital num espaço de elevado risco para a exploração sexual infantil.

Dessa forma, e como salientam Wolak et al. (2008), o aumento do uso da internet por ofensores sexuais, para alcançar vítimas, é uma realidade que exige a implementação de medidas de proteção mais robustas, tanto a nível tecnológico como educacional.

Modelos Teóricos sobre o Aliciamento Sexual

No caso do aliciamento sexual *online*, as interações com os menores podem seguir duas abordagens distintas (Kloess, Hamilton-Giachritsis, & Beech, 2017): abordagem direta e abordagem indireta. Ambas as abordagens envolvem tentativas de manipular a vítima, mas diferem na forma como os aliciadores iniciam e mantêm o contacto sexualizado. Na abordagem indireta, os aliciadores começam as interações de forma mais gradual, estabelecendo uma relação com a vítima, por meio de conversas sobre diversos tópicos não sexualizados. O agressor foca-se na criação de um vínculo emocional, posicionando-se como uma figura de suporte e explorando as carências emocionais da vítima. Esse vínculo é utilizado para obter cooperação em pedidos que gradualmente se tornam mais sexualizados. O material

compartilhado pela vítima é, muitas vezes, usado como ferramenta de coerção para garantir a continuidade da interação (Casa Branca et al., 2016).

Os ofensores, frequentemente, selecionam vítimas com base em vulnerabilidades percebidas, utilizando essas fragilidades para manipulação e submissão. Uma vez quebrada a resistência e introduzidos tópicos sexuais na interação com a vítima, os aliciadores tentam incitá-la a expor-se via *webcam*, por fotos ou vídeos, e a participar em atividades sexuais *online*, como a masturbação. Durante essas interações, os aliciadores podem enviar material sexual explícito, como fotos nuas, e envolver-se em conversas sobre fantasia sexual. Esse processo não sexualiza apenas a conversa, também prepara a vítima para comportamentos mais explícitos. Os aliciadores realizam, frequentemente, uma avaliação da conformidade da vítima, medindo o risco de revelação e a possibilidade de deteção. Após a atividade sexual *online*, tentam reforçar a exclusividade da relação, oferecendo elogios e incentivo, para garantir que a vítima continue a submeter-se às suas solicitações e minimizar a probabilidade de denúncia.

Na abordagem direta, os aliciadores iniciam imediatamente as interações com intenções sexuais claras. Estes tentam incitar a vítima a expor-se, via *webcam*, fotos ou vídeos, logo no início da interação, com o objetivo de iniciar rapidamente atividades sexuais *online*. Assim como na abordagem indireta, estes utilizam conversas sexualmente explícitas e enviam material pornográfico, para dessensibilizar a vítima, normalizando o comportamento sexual e reduzindo as suas inibições. Embora nem todos os aliciadores utilizem exibição ou masturbação por *webcam*, alguns podem realizar esses comportamentos em contextos *offline*. A abordagem direta pode, também, envolver uma avaliação da identidade da vítima, que pode servir como uma estratégia de segurança ou uma maneira de persuadir a vítima a expor-se mais.

A abordagem indireta, que enfatiza o vínculo emocional, reflete melhor a dinâmica do *sexual grooming* (aliciamento sexual) tradicional (Kloess et al., 2017; Webster et al., 2012). Em contraste, a abordagem direta apoia-se na exploração da curiosidade sexual das vítimas, especialmente adolescentes, que são os principais utilizadores do meio digital e, consequentemente, mais afetados por esta forma de vitimização (Wachs, Wolf, & Pan, 2012).

No que se refere ao aliciamento *online*, é possível distinguir duas motivações principais que orientam o comportamento dos ofensores: *contact-driven* e *fantasy-driven*. Cada uma dessas motivações caracteriza-se por padrões distintos de interação com as vítimas, refletindo diferentes objetivos e estratégias de manipulação. O aliciamento sexual motivado pelo *contact-driven* (motivados pelo contacto físico) é tipicamente caracterizado por uma abordagem mais

imediata e objetiva. Ofensores com essa motivação tendem a dedicar um curto período de tempo, frequentemente inferior a uma semana, às interações *online* com a vítima, antes de tentarem marcar um encontro presencial. De acordo com Briggs, Simon e Simonsen (2011) ou Winters et al. (2017), estes indivíduos demonstram uma intenção clara de concretizar um encontro físico para a realização de atos sexuais. A interação *online,* nestes casos, é direta e objetiva, com foco em estabelecer rapidamente um vínculo suficiente para determinar se a vítima está disposta a manter o segredo e aceitar o encontro, sendo que as conversas podem incluir conteúdo explícito e persuasão psicológica.

Por outro lado, os ofensores *fantasy-driven* (motivados pela fantasia) mantêm uma comunicação significativamente mais prolongada e complexa. Esses indivíduos dedicam, em média, 32,9 dias às interações *online*, podendo esse período estender-se até 180 dias, como foi observado no estudo de Briggs et al. (2011). Este padrão de *sexual grooming* (aliciamento sexual) está mais frequentemente associado a agressores que não envolvem um encontro físico imediato, mas sim à construção de uma relação sexualizada no ambiente virtual. Os ofensores com essa motivação, geralmente, envolvem as vítimas em práticas de *cybersex* e em trocas de imagens explícitas ou vídeos em direto, com o objetivo de satisfazer as suas fantasias sexuais, através da exploração psicológica e emocional das vítimas. Este tipo de ofensor pode, também, manipular as vítimas para que participem ativamente em comportamentos sexuais *online*, criando um ambiente de falsa perceção de "mutualismo sexual" na internet. De acordo com estudos como os de Wolak, Finkelhor e Mitchell (2004), esses agressores tendem a ser indivíduos mais velhos, frequentemente casados ou divorciados, que utilizam a internet como principal meio de satisfação das suas necessidades sexuais, sem necessariamente procurar um encontro físico com a vítima.

O'Connell (2003) propôs um modelo sequencial detalhado, para explicar as diferentes etapas do *sexual grooming* (aliciamento sexual). O modelo de O'Connell, um dos mais referenciados e utilizados nesta área, foi desenvolvido a partir da análise de conversas simuladas em salas de *chat*, envolvendo crianças entre 8 e 12 anos e potenciais ofensores sexuais, e descreve cinco etapas interdependentes: formação da amizade, desenvolvimento do relacionamento, avaliação de riscos, exclusividade e sexualização.

A primeira fase envolve o estabelecimento de um contacto inicial *(friendship-forming stage),* onde o agressor tenta criar uma relação preliminar de confiança com a vítima, procurando informações pessoais para confirmar se a criança corresponde aos requisitos

definidos pelo agressor. Na fase seguinte, o agressor posiciona-se como um "melhor amigo" *(relationship-forming stage),* explorando temas familiares e escolares da criança para fortalecer o vínculo emocional e estabelecer uma confiança mútua. A avaliação de riscos *(risk-assessment stage)* ocorre quando o agressor analisa fatores que possam comprometer a segurança e a continuidade do processo de aliciamento sexual, visando minimizar a probabilidade de ser descoberto ou interrompido. A exclusividade *(exclusivity stage)* consiste na intensificação do vínculo emocional com a vítima, fazendo-a sentir-se especial e única, criando a ilusão de uma relação íntima e secreta. Por fim, na fase de sexualização *(sexual stage),* o agressor introduz tópicos sexuais, manipulando a perceção da vítima e normalizando comportamentos desviantes, com o intuito de preparar a criança para o abuso sexual, seja este *online* ou presencial.

Conclui-se, assim, que o modelo sequencial proposto por O'Connell (2003) oferece uma compreensão profunda do processo de *sexual grooming* (aliciamento sexual) *online*, destacando a progressão das estratégias de manipulação emocional e psicológica utilizadas pelos ofensores. Embora as etapas descritas possam variar em função do contexto e das características individuais, este modelo permanece uma referência importante para a análise do comportamento de aliciamento e exploração sexual de menores na internet.

O aliciamento sexual é um comportamento manipulativo e inapropriado, realizado com o objetivo de aumentar a probabilidade de abuso sexual de uma criança ou adolescente, sendo necessária a avaliação do contexto e das características de cada ação, para determinar a sua natureza (Craven, Brown & Gilchrist, 2006; De Santisteban & Gámez-Guadix, 2017).

Inicialmente, o agressor cria um vínculo emocional com a criança, utilizando elogios e expressões de afeto para fazê-la sentir-se valorizada e única (Gámez-Guadix et al., 2018; Villacampa & Gómez, 2017). Paralelamente, pode recorrer ao engano, criando identidades falsas e manipulando narrativas para ganhar a confiança da vítima (Wolak, Finkelhor & Mitchell, 2004; Briggs, Simon & Simonsen, 2011; Kloess, Hamilton-Giachritsis & Beech, 2017). À medida que a relação se desenvolve, o agressor introduz gradualmente temas sexuais, normalizando o diálogo sexual e pressionando emocionalmente a vítima (Elliott, Browne & Kilcoyne, 1995; Conte et al., 1989; Craven, Brown & Gilchrist, 2006). Além disso, utiliza táticas como a minimização do comportamento abusivo, apresentando-o como consensual ou inofensivo (Conte et al., 1989; Berliner & Conte, 1990), e o uso de incentivos materiais e emocionais para reforçar a dependência da vítima (Conte et al., 1989; Craven, Brown & Gilchrist, 2006). Outras estratégias incluem toques inapropriados para dessensibilizar a vítima

(Berliner & Conte, 1990), favoritismo para criar uma sensação de vínculo íntimo (Gámez-Guadix et al., 2018), violação de limites pessoais de modo a aumentar a aceitação de comportamentos invasivos (Berliner & Conte, 1990), fornecimento de drogas ou álcool para reduzir defesas e distorção dos padrões morais para confundir a criança sobre limites aceitáveis (Elliott et al., 1995; Wolak, Finkelhor & Mitchell, 2004). O agressor também pode reforçar o segredo, incentivando a cumplicidade da vítima (Villacampa & Gómez, 2017; Gámez-Guadix et al., 2018), e minimizar o impacto emocional do abuso, prevenindo denúncias por meio de elogios e validação emocional (Conte et al., 1989; Elliott et al., 1995). Quando táticas subtis falham, o agressor recorre a estratégias diretas e coercitivas, como ameaças, chantagem emocional ou subornos, para obter conformidade (Wolak, Finkelhor & Mitchell, 2004; Elliott et al., 1995; Villacampa & Gómez, 2017). Por fim, o isolamento da vítima, seja físico ou digital, e a exigência de sigilo aumentam a dependência emocional da criança e dificultam a denúncia do abuso (Wolak, Finkelhor & Mitchell, 2004; Kloess et al., 2017).

Winters, Jeglic e Kaylor (2020) desenvolveram um modelo abrangente de *sexual grooming* (aliciamento sexual), composto por comportamentos observáveis e mensuráveis. O *Sexual Grooming Model* (SGM) propõe cinco etapas principais que descrevem o processo gradual de manipulação e preparação da vítima para o abuso sexual.

A primeira etapa, "Seleção da vítima", envolve a identificação de crianças vulneráveis, considerando características emocionais ou ambientais que possam facilitar o processo de manipulação. Na segunda fase, "Obtenção de acesso e isolamento", o agressor procura estabelecer contacto com a vítima e isolá-la de figuras protetoras, criando oportunidades para interações privadas. A terceira etapa, "Desenvolvimento de confiança", foca-se na construção de um vínculo emocional com a vítima, utilizando estratégias como elogios e compartilhamento de interesses comuns. Na quarta fase, "Dessensibilização para conteúdos sexuais e contacto físico", o agressor introduz gradualmente temas sexuais e contacto físico, visando reduzir resistências e normalizar comportamentos inadequados. Por fim, a etapa de "Manutenção após o abuso" refere-se às táticas utilizadas pelo agressor para evitar a denúncia e perpetuar o abuso, como manipulação emocional e chantagem.

Este modelo oferece assim uma estrutura clara para compreender o processo de *sexual grooming* (aliciamento sexual), destacando as estratégias utilizadas pelos ofensores em cada fase. A validação empírica do modelo contribui para a identificação de comportamentos de

risco e para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes na prevenção e combate ao abuso sexual infantil.

No estudo de validação do modelo, Winters, Jeglic e Kaylor (2020) realizaram uma revisão exaustiva da literatura existente, para identificar as etapas e comportamentos associados ao processo de *sexual grooming* (aliciamento sexual). Com base nesta revisão, foi desenvolvida uma lista abrangente de comportamentos específicos (n = 77). Posteriormente, 18 especialistas na área completaram um inquérito no qual avaliaram a relevância de cada uma das etapas e comportamentos identificados, considerando-os estratégias de *grooming* identificáveis no abuso sexual infantil.

Os resultados do estudo confirmaram as etapas propostas no modelo SGM e a validade dos 42 comportamentos selecionados, considerados como táticas efetivas de *sexual grooming* (aliciamento sexual). O modelo SGM foi o primeiro a receber apoio empírico relativamente à validade do seu conteúdo, o que o torna uma ferramenta essencial para a compreensão do processo de abuso sexual infantil.

Na mesma linha, surge o trabalho de Webster e colegas, que definiram categorias de comportamentos e perfis de ofensores em contexto de *grooming* sexual. Essas categorias foram definidas de modo a descrever as estratégias e atitudes dos ofensores, com base nas suas abordagens em relação à intimidade e ao comportamento sexual. As três categorias principais propostas pelos autores são *Intimacy Seeking* (Procura de Intimidade), correspondente a um perfil de ofensor que procura estabelecer uma ligação emocional profunda com a vítima, em vez de avançar diretamente para um comportamento sexual. A procura de intimidade pode envolver ações como conversas pessoais, demonstrações de afeto, apoio emocional, criar a ideia de ser um amigo especial, com o objetivo de criar uma sensação de proximidade e dependência na vítima; *Adaptable* (Adaptável) - os ofensores desta categoria são mais flexíveis e ajustam a sua abordagem conforme a situação ou a resposta da vítima, alternando entre comportamentos afetivos e comportamentos mais sexualizados. Estes aliciadores têm a capacidade de "ler" a situação e moldar as suas ações, para atingir os seus objetivos, seja no desenvolvimento de um vínculo emocional, seja na exploração sexual. A adaptabilidade é uma característica importante, pois permite ao ofensor ajustar as suas táticas de *grooming* conforme as necessidades ou vulnerabilidades da vítima, e também as condições do ambiente em que estão inseridos (por exemplo, a presença de pais ou supervisores); *Hyper-Sexual* (Hipersexualizado) - característico em ofensores que apresentam um comportamento explicitamente sexual desde o início da

interação. Os ofensores hipersexualizados podem fazer uso de perguntas ou declarações de natureza sexual, explorar fetiches ou parafilias, tentando criar uma atmosfera sexualizada ao longo de toda a interação.

Seja com um ou outro estilo de abordagem, implementado por ofensores sexuais com um ou mais dos perfis indicados, o certo é que as estatísticas mais recentes reforçam a urgência do estudo e da intervenção no fenómeno do aliciamento / *grooming* sexual. Em Portugal, quase metade dos processos-crime por crimes contra menores, em 2023, envolveu abuso sexual, enquanto a tendência de aumento de arguidos em crimes contra menores se manteve consistente nos últimos anos (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, 2023). Estudos internacionais indicam que a maioria dos jovens relatou ter experienciado algum tipo de violência sexual em ambientes digitais, durante a infância ou adolescência, incluindo aliciamento sexual, sublinhando a necessidade de compreensão aprofundada deste fenómeno (Europol, 2024; Wolak et al., 2004).

A presente dissertação centra-se nos comportamentos de aliciamento sexual, em particular, nas dinâmicas e estratégias dos ofensores e na dificuldade de as detetar e compreender, tanto em contextos presenciais, como nos digitais, o que compromete a eficácia das estratégias de prevenção e proteção existentes. O objetivo geral do estudo consiste em analisar características, contextos, comportamentos e estratégias empregues pelos agressores durante a prática de atos de aliciamento sexual. Entre os objetivos mais específicos destacam-se: explorar as dinâmicas e processos de aliciamento utilizadas pelos ofensores; identificar estratégias de manipulação utilizadas por estes; compreender se adotam mais frequentemente abordagens diretas ou indiretas, ou ambas (Kloess, Hamilton-Giachritsis & Beech, 2017); identificar eventuais perfis de agressores; e perceber se são identificáveis etapas específicas no processo de aliciamento sexual.

A resposta a estas questões permitirá compreender mais aprofundadamente as nuances do aliciamento sexual, contribuindo para melhor fundamentar, teórica e empiricamente, a prevenção e a intervenção em contextos de risco e para o desenvolvimento de políticas de proteção infantil mais eficazes.

Em síntese, a investigação do *grooming* sexual é crucial para a proteção de crianças e adolescentes, particularmente no ambiente digital, onde os riscos se tornam mais complexos e menos visíveis. Ao aprofundar o conhecimento sobre este fenómeno, incluindo as suas estratégias, dinâmicas, modelos teóricos e perfis de agressores, é possível desenvolver

programas de prevenção e intervenção mais ajustados à realidade contemporânea, promovendo ambientes mais seguros e mais saudáveis para os menores, mitigando os impactos decorrentes da exploração sexual.

Método

O objeto de estudo da presente investigação é o aliciamento sexual de menores, ou *sexual grooming*, tanto em contextos *online* como *offline*. O objetivo geral do estudo consistiu em compreender, em profundidade, o processo de aliciamento, procurando mapear e compreender padrões de ocorrência, motivações e dinâmicas, comportamentos e estratégias utilizados pelos ofensores. O estudo abrangeu todas as etapas do processo de manipulação, desde a seleção da vítima até à manutenção da relação e garantia de manutenção do segredo por parte das vítimas.

Metodologia

Este estudo recorreu a uma metodologia qualitativa, hermenêutica, na linha das metodologias não intrusivas (*unobtrusive methodologies*), segundo Webb, Campbell, Schwartz & Sechrest, (2000), um tipo de metodologia cada vez mais recomendada para o estudo de fenómenos criminais, estigmatizantes e sensíveis, junto de populações de difícil acesso, e nas quais é expectável que efeitos de desejabilidade social enviesem as informações partilhadas em situações de auto-relato ou de entrevista. O nosso estudo envolveu procedimentos de análise documental, com recurso a uma análise de conteúdo de tipo categorial (Bardin, 2011), de documentos forenses e de decisões judiciais relativas a casos de aliciamento de menores para fins sexuais.

Esta metodologia permitiu uma leitura compreensiva e interpretativa dos comportamentos, das dinâmicas, das estratégias de aliciamento referidas nos documentos e nas narrativas dos ofensores (e, por vezes, também de algumas vítimas). As categorias emergentes da análise de conteúdo foram sujeitas a uma posterior recodificação numérica, com base na qual foram realizadas análises estatísticas de frequências e percentagens, relativas a variáveis sociodemográficas, contextuais e criminais dos agressores e vítimas em causa nestes processos.

Os dados recolhidos resultaram da análise de decisões judiciais (acórdãos e sentenças) referentes a crimes de aliciamento de menores para fins sexuais, um crime previsto no artigo 176.º-A do Código Penal português, algumas das quais remetendo para perícias de avaliação forense, para inquirições de arguidos ou outros documentos e relatórios. Os critérios de inclusão

abrangeram decisões judiciais que descreviam de forma explícita comportamentos de aliciamento de menores, independentemente da data de julgamento, desde que os documentos permitissem analisar o processo de aliciamento sexual, do ponto de vista do agressor. Foram excluídos processos sem descrição detalhada das interações ou estratégias dos agressores ou que remetiam para outros tipos de ofensas sexuais.

Corpus de análise e Participantes

Foram analisadas 21 decisões judiciais (sentenças / acórdãos). Os participantes indiretos do nosso estudo correspondem a 21 arguidos, identificados nessas decisões judiciais por crimes de aliciamento de menores, embora alguns deles com outras tipologias criminais concomitantes. Não foi realizada recolha de dados direta junto destes indivíduos, uma vez que a análise se baseou exclusivamente em documentação judicial. Embora as vítimas constem nos documentos e alguns dados tenham sido complementados pelas suas narrativas e informações, não foram consideradas participantes do nosso estudo, uma vez que o foco recaiu sobre os comportamentos, motivações e estratégias de aliciamento dos agressores.

Análise dos Dados

O instrumento analítico central correspondeu a uma grelha de codificação construída especificamente para este estudo. A sua elaboração articulou a literatura científica com os objetivos da investigação, assegurando fundamentação teórica e relevância empírica. Foram considerados referenciais teóricos principais o modelo de O'Connell (2003), que descreve fases sequenciais do *sexual grooming*, o *Sexual Grooming Model* (Winters, Jeglic & Kaylor, 2020), que propõe cinco etapas estruturadas, e a tipologia psicológica de Webster et al. (2012), que distingue três perfis de agressores - *hyper-sexual*, *intimacy seeking* e *adaptable*. Adicionalmente, foi incorporada a distinção entre estratégias *contact-driven* e *fantasy-driven*, proposta por Briggs, Simon e Simonsen (2011), permitindo diferenciar as motivações principais associadas ao comportamento dos agressores.

A análise qualitativa seguiu os princípios e regras propostos por Bardin (2011) e por Braun & Clarke (2006), e culminou num conjunto de nove categorias principais: *self-grooming*, aliciamento familiar, aliciamento institucional, estratégias de aproximação e manipulação inicial, construção do vínculo, dessensibilização, sexualização explícita, encontros presenciais

e intenção/motivação. Cada categoria foi operacionalizada em subcategorias, permitindo a descrição detalhada de comportamentos específicos dos agressores

As decisões judiciais foram analisadas no seu conjunto, permitindo a construção da grelha de análise de conteúdo que será apresenta em anexo (cf. Anexo A), além de individualmente, sendo documentadas em tabelas qualitativas, por caso, incluindo excertos dos acórdãos e sentenças. Por questões éticas, de preservação da confidencialidade destes dados, estas tabelas caso a caso não poderão ser partilhadas, sendo apenas apresentado um exemplo, com dados alterados, para permitir a compreensão do tipo de produto analítico alcançado para cada uma das decisões e processos analisados (cf. tabela 1).

Tabela 1

Caso Y

Categoria	Estratégia/Subcategoria	Evidência/Exemplo
Self-grooming	Desenvolvimento de teorias implícitas: Abuso visto como inofensivo	Abuso apresentado como inofensivo ("eu tenho sempre muito cuidado", “não magoo ninguém”)
Self-grooming	Desenvolvimento de teorias implícitas: Crianças têm capacidade de consentimento	Negociava “preços” e deixava a escolha do ato às vítimas
Estratégias de aproximação e manipulação inicial	Técnicas de engano	Criou perfis falsos em redes sociais
Estratégias de aproximação e manipulação inicial	Elogios	“…És lindíssima”; “gosto de tudo em ti”; “nunca encontrarás ninguém que goste de ti como eu.”
Estratégias de aproximação e manipulação inicial	Falsa identidade	Perfis falsos em redes sociais
Construção do vínculo	Tópicos de conversa íntimos	Partilhou o seu nome, idade, residência, trabalho
Construção do vínculo	Oferta de presentes/benefícios	Roupas, doces, quantias monetárias
Construção do vínculo	Avaliação do risco de denúncia	Utilizou perfis falsos; estudou as vulnerabilidades da vítima e manipulou-a, para assegurar o silêncio / não-revelação dos abusos; os encontros foram escondidos
Construção do vínculo	Abordagem direta/indireta	Direta

Dessensibilização	Testar limites da vítima	Primeiro propôs um jogo lúdico de toques; depois uma troca de "beijos pagos"; depois avançou para as carícias; culminou com propostas de cópula
Dessensibilização	Minimização das consequências	"É só um beijo", "somos só nós a conversar como amigos especiais", "são só 5 minutos", "não tem problema"
Dessensibilização	Apresentar o abuso como brincadeira	Chamou ao abuso "jogo dos beijos"
Sexualização explícita	Piadas/comentários sexuais diretos	Proposta de sexo oral, num primeiro momento, em tom jocoso, para testar a reação da vítima
Sexualização explícita	Escalada de toques não sexuais	Beijos, carícias, sexo oral/penetração
Sexualização explícita	Pedido de imagens íntimas	Fotos dos seios da vítima; fotos da vítima a masturbar-se
Encontros presenciais	Reação da vítima	Aceitação parcial
Encontros presenciais	Resistência da vítima	Houve atos de resistência em alguns momentos (dizer que não a propostas de encontros, adiamentos, faltar a um dos encontros)
Intenção e motivação	Objetivo final	Prática de atos sexuais (envolvendo beijos, carícias, sexo oral, cópula anal e genital)
Intenção e motivação	*Contact vs Fantasy-driven*	*Contact-driven*

Posteriormente, os dados foram agregados em tabelas de frequências e percentagens, sintetizando variáveis sociodemográficas, criminais e contextuais, bem como a prevalência das estratégias identificadas. Uma componente de análise mais quantitativa dos dados complementou esta análise, com cálculos de frequências absolutas e relativas, médias, mínimos, máximos e desvios-padrão (cf. Tabela 2). Os resultados foram comparados com os modelos de referência, cruzando dados qualitativos com indicadores estatísticos.

Dimensões Éticas

A investigação foi conduzida em conformidade com os princípios éticos aplicáveis à investigação científica em Psicologia e Ciências Sociais, respeitando o Código Deontológico

da Ordem dos Psicólogos Portugueses e as diretrizes internacionais da *American Psychological Association*. Não houve contacto direto com vítimas ou agressores, eliminando o risco de revitimização ou sofrimento adicional. Os dados identificativos presentes nos documentos foram tratados de forma confidencial e anonimizada. A utilização de dados secundários foi acompanhada de reflexão ética constante, assegurando a preservação da dignidade dos intervenientes e a sua utilização apenas para fins científicos, académicos e de prevenção.

Resultados

A análise do conteúdo das 21 decisões judiciais permitiu caracterizar o perfil dos agressores e das vítimas, identificar padrões de aliciamento sexual, comportamentos, motivações, dinâmicas e estratégias de aliciamento sexual utilizados pelos ofensores sexuais.

Todos os casos analisados envolveram agressores do sexo masculino (100%), com idade média de 31,5 anos (mín.=16; máx.=54; dp=11,5). Em termos do estado civil, 47,6% eram solteiros, 33,3% casados e 9,5% encontravam-se em relações de namoro, não havendo informação disponível em 9,5% dos casos. A nacionalidade é maioritariamente portuguesa (95,2%), registando-se apenas um caso de nacionalidade brasileira (4,8%). Quanto à situação profissional, 52,4% estavam empregados, 23,8% desempregados, 4,8% eram estudantes, 4,8% reformados e 14,2% dos processos não continham esta informação. Relativamente ao contexto habitacional, 33,3% viviam com os pais ou família de origem, 23,8% com esposa e filhos, 14,3% apenas com esposa, 4,8% sozinhos e 23,8% noutras circunstâncias. Apenas 19% apresentavam antecedentes criminais, sendo que 47,6% estavam envolvidos ou condenados por crimes de pornografia infantil.

No que respeita às vítimas, observou-se uma média de 2,6 vítimas por agressor (mín.=1; máx.=11). A média de idades das vítimas é de 14,5 anos (mín.=9; máx.=25). Em 57,1% dos casos, o agressor já conhecia previamente a vítima. As relações estabelecidas incluíram estranhos (28,6%), namorados ou ex-namorados (28,6%), conhecidos (19%), profissionais (14,3%), familiares (4,8%) e pessoas em situação de coabitação (4,8%). Relativamente ao primeiro contacto, 52,4% desses contactos ocorreram *online* e 47,6% de forma presencial. Em 80,9% dos casos, a vítima já tinha presença ativa em redes sociais aquando das primeiras abordagens pelos ofensores.

A aplicação dos modelos teóricos atrás referidos à análise e interpretação dos dados obtidos, permitiu sinalizar as componentes do modelo de O'Connell (2003) em 76,2% dos casos, sobretudo nas fases de amizade, desenvolvimento, avaliação do risco e sexualização. O *Sexual Grooming Model* (Winters, Jeglic & Kaylor, 2020) era aplicável à análise e interpretação de 61,9% dos casos, com identificação das suas cinco etapas. Perfis enquadráveis na tipologia psicológica de Webster et al. (2012) foram identificáveis na nossa amostra, com uma distribuição equilibrada*: hypersexual* (33,3%), *adaptable* (33,3%) e *intimacy seeking* (33,3%). A diferenciação entre ofensores *contact-driven* e *fantasy-driven* (Briggs, Simon & Simonsen, 2011) foi também possível, com predominância dos primeiros.

Tabela 2 – Caracterização sociodemográfica dos agressores e vítimas

Variável	Categorias / Estatísticas	Frequência	Percentagem
Sexo	Masculino	21	100%
Idade dos arguidos	Média = 31,5 (mín:16; máx:54; dp=11,5)	—	—
Estado civil	Solteiro	10	47,6%
	Casado	7	33,3%
	Namora	2	9,5%
	Sem informação	2	9,5%
Nacionalidade	Português	20	95,2%
	Brasileiro	1	4,8%
Situação profissional	Trabalhador	11	52,4%
	Desempregado	5	23,8%
	Estudante	1	4,8%
	Reformado	1	4,8%
	Sem informação	3	14,2%
Com quem vive	Pais/família de origem	7	33,3%
	Esposa	3	14,3%
	Esposa + filhos	5	23,8%
	Sozinho	1	4,8%
	Outros	5	23,8%
Antecedentes criminais	Sim	4	19,0%
	Não / Sem informação	17	81,0%
Pornografia infantil	Condenado/envolvido	10	47,6%
	Não referido	11	52,4%
N.º vítimas confirmadas	Média ≈ 2,6 (mín:1; máx:11)	—	—
Conhecia a vítima previamente	Sim	12	57,1%

	Não	9	42,9%
Relação com a vítima	Estranhos	6	28,6%
	Namorado/ex-namorado	6	28,6%
	Conhecidos	4	19,0%
	Profissionais	3	14,3%
	Familiar (padrasto)	1	4,8%
	Coabitam	1	4,8%
Procura ativa *online*	Sim	7	33,3%
	Não	14	66,7%

A análise qualitativa dos 21 casos permitiu identificar nove categorias principais de estratégias de aliciamento sexual.

1. *Self-grooming.* Os agressores recorreram a mecanismos de racionalização interna para legitimar o abuso. Foram identificadas práticas de separação entre identidade *online* e *offline*, minimização da responsabilidade pessoal (e.g.,, "ela já não era virgem"), autojustificação do comportamento abusivo (e.g.,, "apenas queria ajuda-la") e desenvolvimento de teorias implícitas que retratavam o abuso como inofensivo ou aceitável. (e.g., "eu irei ter muito cuidado").

2. Aliciamento familiar. Em diversos casos, os ofensores procuraram manipular as redes familiares da vítima, estabelecendo relações de confiança com os familiares (e.g., "a menor vê o arguido como um pai"), assumindo comportamentos de ajuda e apoio, sendo prestativos para as famílias, de modo a reduzir eventuais suspeitas, e explorando vulnerabilidades no seio familiar.

3. Aliciamento institucional. Foram observadas situações em que os agressores exploraram contextos escolares ou profissionais, utilizando posições de autoridade ou reputações positivas, para facilitar o acesso às vítimas (e.g., professores com alunos).

4. Estratégias de aproximação e manipulação inicial. Esta categoria incluiu o uso de falsas identidades, técnicas de sedução, *stalking* ou monitorização da rotina da vítima e estratégias de engano. Também se registaram elogios (e.g., "és linda") e a alternância entre afeto e ameaça, caracterizando dinâmicas de reforço intermitente.

5. Construção do vínculo. A criação de proximidade emocional foi conseguida através de conversas não sexualizadas (e.g., "tens aula hoje?"), partilha de segredos, indução de um sentimento de exclusividade (e.g., "vamos viver juntos"), apoio emocional ou instrumental e ofertas de presentes ou benefícios materiais (e.g., quantias monetárias em troca de beijos). Foram, ainda, identificadas práticas de manipulação psicológica, como *gaslighting* (e.g., "elas é que eram umas porcas que pediam coisas"), vitimização e isolamento progressivo da vítima.

6. Dessensibilização. Os ofensores introduziram, gradualmente, conteúdos sexuais, testando os limites da vítima, utilizando linguagem sexual progressiva e misturando afeto com sexualização. Foram, também, observadas estratégias de minimização das consequências (e.g., "é só um beijo") e incentivo ao segredo (e.g., "não podes contar a ninguém"), como mecanismo de controlo.

7. Sexualização explícita. Esta fase envolveu a intensificação das práticas abusivas, incluindo chantagens (e.g., "ou voltas para mim ou exponho as tuas fotos"), ameaças e coação, pedidos de imagens e vídeos íntimos (e.g., "envia uma foto em lingerie"), realização de chamadas de vídeo com teor sexual e partilha de conteúdos sexuais pelo arguido. Também se registaram promessas de amor (e.g., "amo-te mais que tudo") e recompensas afetivas, assim como comentários sexuais explícitos.

8. Encontros presenciais. Em vários processos foi relatada a concretização de encontros em locais isolados, culminando em contactos sexuais. A reação das vítimas incluiu estratégias de resistência, como choro, fuga ou bloqueio da comunicação com o agressor.

9. Intenção e motivação. Verificou-se a distinção entre ofensores *contact-driven*, orientados para a concretização de atos sexuais presenciais, e ofensores *fantasy-driven*, centrados em interações digitais ou na obtenção de material sexual.

Discussão

Os resultados evidenciam que o aliciamento sexual em Portugal apresenta características consistentes com a literatura internacional, mas, também, algumas especificidades relevantes. A predominância de agressores do sexo masculino, com médias de idades de início deste tipo de crimes já na vida adulta (31,5 anos), vai ao encontro do perfil

identificado em investigações anteriores (Craven, Brown & Gilchrist, 2006; Winters, Jeglic & Kaylor, 2020). A elevada proporção de arguidos envolvidos em crimes de pornografia infantil (47,6%) sugere uma sobreposição entre consumo de material sexualmente explícito envolvendo menores e a prática de *grooming* sexual, cruzamento igualmente documentado na literatura (Elliott, Browne & Kilcoyne, 1995). No que respeita às vítimas, a média etária de 14,5 anos reforça a vulnerabilidade da adolescência, período caracterizado por procura de validação e por uma forte experimentação (Malesky, 2007). A presença de contactos iniciados em contextos *online* (52,4%) e presenciais (47,6%) indicia que o aliciamento sexual não se restringe ao espaço digital, embora este represente um meio privilegiado de aproximação (Wolak, Finkelhor & Mitchell, 2004).

As estratégias identificadas através da análise de conteúdo realizada - como manipulação da confiança familiar, dessensibilização gradual, isolamento e indução de segredo - correspondem, em grande medida, às etapas descritas nos modelos teóricos de referência. Analisando os nossos dados à luz do modelo de O'Connell (2003), observaram-se quatro das cinco fases principais: formação da amizade, desenvolvimento do relacionamento, avaliação do risco e sexualização. A fase de exclusividade mostrou-se mais variável, emergindo de forma explícita apenas numa parte dos casos, o que sugere a existência de adaptações contextuais. Já os componentes do *Sexual Grooming Model* (Winters, Jeglic & Kaylor, 2020) foi identificado em 61,9% dos casos, com presença integral das suas cinco etapas (seleção, acesso/isolamento, confiança, dessensibilização e manutenção pós-abuso). Nos restantes casos, apenas algumas etapas foram verificadas, indicando percursos menos lineares ou incompletos. Assim, os dois modelos revelam-se complementares: o de O'Connell descreve com detalhe os aspetos relacionais, enquanto o de Winters et al. fornece uma visão estruturada da progressão até à manutenção. Entendemos que estes modelos poderão ser uma base fundamental para a compreensão do comportamento dos aliciadores portugueses.

Quanto à tipologia de Webster et al. (2012), verificou-se uma distribuição equilibrada entre os perfis *hypersexual* (33,3%), *adaptable* (33,3%) e *intimacy seeking* (33,3%), confirmando a diversidade de estilos de manipulação. Esta variedade vai desde ofensores que introduzem conteúdos sexuais de forma imediata, até aqueles que procuram estabelecer vínculos emocionais ou ajustam as estratégias em função da resposta da vítima. De igual modo, a diferenciação entre casos *contact-driven* e *fantasy-driven* (Briggs, Simon & Simonsen, 2011) foi, também, observada, com predominância dos primeiros, indo no mesmo sentido da literatura internacional, que aponta o contacto presencial como objetivo frequente.

A proporção significativa de situações em que se identificaram estratégias de aliciamento familiar e institucional vai no mesmo sentido, ainda, das conclusões de Craven et al. (2006), que sublinham a importância das redes sociais e contextos de confiança na legitimação do agressor. Por outro lado, a menor frequência da aplicação completa do modelo SGM pode indicar que nem todos os ofensores seguem um percurso linear. Esta conclusão é consistente com os dados de McAlinden (2006), que conceptualiza o aliciamento sexual como um processo adaptativo, sujeito a variações consoante o contexto, e com Craven, Brown & Gilchrist (2006), que defendem a existência de trajetórias fragmentadas.

Do ponto de vista teórico, o estudo reforça a utilidade dos modelos de O'Connell (2003) e Winters et al. (2020) para compreender a progressão do aliciamento sexual, ao mesmo tempo que demonstra a necessidade de uma leitura flexível, adaptável às especificidades de cada caso. A tipologia de Webster et al. (2012) revelou-se igualmente relevante para diferenciar perfis psicológicos, permitindo compreender a diversidade de abordagens.

Em termos práticos, os resultados destacam a necessidade de estratégias de prevenção multidimensionais: programas educativos dirigidos a adolescentes, para reforço da literacia digital; formação de pais e cuidadores, na identificação de sinais precoces; capacitação de profissionais escolares e institucionais; reforço da cooperação internacional no combate a redes de pornografia infantil; e desenvolvimento de protocolos nacionais específicos para deteção de indícios de aliciamento sexual, por exemplo, a partir de palavras-chave usadas nas interações de diferentes aliciadores.

Relativamente às limitações do nosso estudo, importa sublinhar que foram analisadas apenas 21 decisões judiciais, o que restringe a possibilidade de transferência ou generalização dos resultados obtidos. Além disso, a análise de informações limitadas às descrições constantes nos acórdãos/sentenças, podendo omitir pormenores relevantes das interações entre agressores e vítimas, não permitiram um grau de aprofundamento, quer das motivações dos ofensores, quer das dinâmicas relacionais e linguísticas, tão grande como desejávamos. O uso de decisões judiciais limitou, ainda, o acesso à perspetiva das vítimas, bem como a casos que não resultaram em condenação, mas envolvem aliciamento sexual, o que limitou a abrangência da análise.

Por fim, sugerimos que, em futuras investigações, se possa ampliar e diversificar o corpus da amostra, possibilitando análises mais robustas, assim como a realização de estudos comparativos entre diferentes países, de modo a identificar convergências e divergências culturais. Seria igualmente pertinente explorar o impacto psicológico do aliciamento sexual

mesmo na ausência de abuso sexual físico, bem como aprofundar a distinção entre casos *contact-driven* e *fantasy-driven*, sobretudo em contextos exclusivamente digitais.

Conclusões

A presente investigação permitiu aprofundar a compreensão do fenómeno do aliciamento sexual em Portugal, através da análise de 21 decisões judiciais. Os resultados evidenciam que se trata de um processo intencional e flexível, que envolve estratégias manipulativas sistemáticas em contextos *online* e *offline*.

Em termos sociodemográficos e criminais, confirmou-se a predominância de agressores do sexo masculino, maioritariamente portugueses, com uma média de idades de 31,5 anos, praticando crimes de aliciamento de menores para fins sexuais, mas com uma sobreposição significativa entre *grooming* sexual e crimes de pornografia infantil, presentes em quase metade dos casos, e associação, também, a outras tipologias criminais, como o abuso da inexperiência ou o abuso sexual de pessoa incapaz de resistir. Paralelamente, destacou-se a vulnerabilidade particular de vítimas adolescentes, com uma média etária de 14,5 anos, elevada curiosidade relativamente a temas sexuais, trajetórias de uso da internet e de redes sociais bastante significativas e, muitas vezes, sem a devida supervisão.

Do ponto de vista das dinâmicas e estratégias de aliciamento sexual, identificaram-se nove categorias de estratégias dominantes, de entre as quais se destacam o *self-grooming*, aliciamento familiar e institucional, estratégias de aproximação e manipulação inicial, a construção de vínculos afetivos, a dessensibilização gradual, a sexualização explícita, encontros presenciais e intenção/motivação. Estas práticas revelam que o aliciamento sexual é um processo adaptativo e multifacetado, sustentado por racionalizações internas e pela exploração de vulnerabilidades individuais e contextuais.

Relativamente aos nossos objetivos e questões de investigação, os resultados indicam que: (1) as estratégias de aliciamento sexual mais comuns envolvem aproximação inicial não sexualizada, criação de vínculo emocional e posterior introdução de conteúdos sexuais; (2) coexistem abordagens diretas e indiretas, ajustadas ao perfil do agressor e ao contexto da vítima; (3) a distinção entre casos *contact-driven* e *fantasy-driven* é clara, com predominância dos primeiros; (4) o modelo de O'Connell (2003) reflete grande parte das práticas identificadas, embora nem sempre em todas as suas fases; (5) as etapas do *Sexual Grooming Model* (Winters,

Jeglic & Kaylor, 2020) foram observadas em 61,9% dos casos, confirmando a sua utilidade, mas, também, revelando percursos incompletos; e (6) os perfis tipológicos de Webster et al. (2012) - *hypersexual*, *intimacy seeking e adaptable* - distribuíram-se de forma equilibrada na amostra, evidenciando a diversidade de estilos de abordagem.

Em síntese, este estudo contribui para aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas e processos de aliciamento sexual, deixando evidente que o *sexual grooming* constitui um processo relacional intencional, estruturado e adaptável, que explora as fragilidades individuais e contextuais das vítimas. A articulação entre os modelos de referência e os dados empíricos reforça a pertinência de perspetivas integradoras, que considerem, tanto trajetórias lineares como fragmentadas. Estes resultados reforçam a necessidade urgente de políticas preventivas e de intervenção mais eficazes, cientificamente sustentadas, com o objetivo de proteger crianças e adolescentes em contextos cada vez mais difundidos, utilizados e digitalizados.

Referências bibliográficas

Barbosa, C., & Manita, C. (2019). O aliciamento sexual de menores na internet: contributos para o seu conhecimento e prevenção. *International Journal of Developmental and Educational Psychology. Revista INFAD de Psicología.*, *1*(2), 197–202. https://doi.org/10.17060/ijodaep.2019.n2.v1.1688

Bennett, N., & O'Donohue, W. (2014). The Construct of Grooming in Child Sexual Abuse: Conceptual and Measurement Issues. *Journal of Child Sexual Abuse*, *23*(8), 957–976. https://doi.org/10.1080/10538712.2014.960632

Berliner, L., & Conte, J. R. (1990). The process of victimization: The victims' perspective. *Child Abuse & Neglect*, *14*(1), 29–40. https://doi.org/10.1016/0145-2134(90)90078-8

Berson, I. R. (2003). Grooming Cybervictims. *Journal of School Violence*, *2*(1), 5–18. https://doi.org/10.1300/j202v02n01_02

Branca, Grangeia, H., & Cruz, O. S. (2016, September). *Grooming online em Portugal : um estudo exploratório*. Handle.net. http://hdl.handle.net/10400.12/5131

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using Thematic Analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, *3*(2), 77–101. https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Briggs, P., Simon, W. T., & Simonsen, S. (2010). An Exploratory Study of Internet-Initiated Sexual Offenses and the Chat Room Sex Offender: Has the Internet Enabled a New Typology of Sex Offender? *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *23*(1), 72–91. https://doi.org/10.1177/1079063210384275

Broome, L. J., Izura, C., & Lorenzo-Dus, N. (2018). A systematic review of fantasy driven vs. contact driven internet-initiated sexual offences: Discrete or overlapping typologies? *Child Abuse & Neglect*, *79*, 434–444. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.02.021

Câmara, R. (2013). Análise de conteúdo: Da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, *6*(2), 179–191. https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf

Carmo, E., & Manita, C. (2023). The Knowledge, Perceptions and Training Needs About Online Sexual Grooming of Children and Adolescents in a Sample of Professionals Who Work in Portugal. *Journal of Child Sexual Abuse*, *32*(6), 715–731. https://doi.org/10.1080/10538712.2023.2234355

Carmody, E., & Grant, T. D. (2017). Online grooming: moves and strategies. *Language and Law / Linguagem E Direito*, *4*(1), 103–141. https://research.aston.ac.uk/en/publications/online-grooming-moves-and-strategies

Casa Branca, C. M., Grangeia, H., & Cruz, O. (2016). Grooming Online em Portugal: um estudo exploratório. *Análise Psicológica*, *34*(3), 249–263. https://doi.org/10.14417/ap.978

Conte, J. R., Wolf, S., & Smith, T. (1989). What sexual offenders tell us about prevention strategies. *Child Abuse & Neglect*, *13*(2), 293–301. https://doi.org/10.1016/0145-2134(89)90016-1

Craven, S., Brown, S., & Gilchrist, E. (2006). Sexual grooming of children: Review of literature and theoretical considerations. *Journal of Sexual Aggression*, *12*(3), 287–299. https://doi.org/10.1080/13552600601069414

Elliott, M., Browne, K., & Kilcoyne, J. (1995). Child sexual abuse prevention: What offenders tell us. *Child Abuse & Neglect*, *19*(5), 579–594. https://doi.org/10.1016/0145-2134(95)00017-3

ENISA. (2024). *2024 Report on the State of the Cybersecurity in the Union | ENISA*. Europa.eu. https://www.enisa.europa.eu/publications/2024-report-on-the-state-of-the-cybersecurity-in-the-union

Europol. (2024). *Internet Organised Crime Threat Assessment (IOCTA) 2024*. https://doi.org/10.2813/442713

Finkelhor, D., Shattuck, A., Turner, H. A., & Hamby, S. L. (2014). The Lifetime Prevalence of Child Sexual Abuse and Sexual Assault Assessed in Late Adolescence. *Journal of Adolescent Health*, *55*(3), 329–333. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.12.026

Gámez-Guadix, M., Almendros, C., Calvete, E., & De Santisteban, P. (2018). Persuasion strategies and sexual solicitations and interactions in online sexual grooming of adolescents: Modeling direct and indirect pathways. *Journal of Adolescence*, *63*, 11–18. https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2017.12.002

Gámez-Guadix, M., & Mateos-Pérez, E. (2019). Longitudinal and reciprocal relationships between sexting, online sexual solicitations, and cyberbullying among minors. *Computers in Human Behavior*, *94*, 70–76. https://doi.org/10.1016/j.chb.2019.01.004

Gámez-Guadix, M., & Mateos-Pérez, E. (2019). Longitudinal and reciprocal relationships between sexting, online sexual solicitations, and cyberbullying among minors. *Computers in Human Behavior*, *94*, 70–76. https://doi.org/10.1016/j.chb.2019.01.004

Gomes, B. (2020). Conversando e convencendo: uma análise da linguagem no aliciamento sexual de menores online. Repositorio-Aberto.up.pt. https://hdl.handle.net/10216/129382

Insituto Nacional de Estatística, & Direção-Geral da Política de Justiça. (2024). *Welcome To Zscaler Directory Authentication*. Cnpdpcj.gov.pt. https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14804/Viol%C3%AAncia+na+Inf%C3%A2ncia+2023/450f31d6-944d-477c-8554-ae7b811a6f3b

Internet Watch Foundation. (2024, January 17). *Under 10s groomed online "like never before" in 2023 find IWF*. Www.iwf.org.uk. https://www.iwf.org.uk/news-media/news/under-

10s-groomed-online-like-never-before-as-hotline-discovers-record-amount-of-child-sexual-abuse/

John Jay College Reports No Single Cause, Predictor of Clergy Abuse. (2011). USCCB. https://www.usccb.org/news/2011/john-jay-college-reports-no-single-cause-predictor-clergy-abuse

Kloess, J. A., Beech, A. R., & Harkins, L. (2014). Online Child Sexual Exploitation. *Trauma, Violence, & Abuse*, *15*(2), 126–139. https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1524838013511543

Kloess, J. A., Hamilton-Giachritsis, C. E., & Beech, A. R. (2017). A descriptive account of victims' behaviour and responses in sexually exploitative interactions with offenders. *Psychology, Crime & Law*, *23*(7), 621–632. https://doi.org/10.1080/1068316x.2017.1293052

Kloess, J. A., Hamilton-Giachritsis, C. E., & Beech, A. R. (2019). Offense Processes of Online Sexual Grooming and Abuse of Children Via Internet Communication Platforms. *Sexual Abuse*, *31*(1), 73–96. https://doi.org/10.1177/1079063217720927

Kloess, J. A., Woodhams, J., & Hamilton-Giachritsis, C. E. (2021). The challenges of identifying and classifying child sexual exploitation material: Moving towards a more ecologically valid pilot study with digital forensics analysts. *Child Abuse & Neglect*, *118*, 105166. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105166

Knoll, J. (2010). Teacher Sexual Misconduct: Grooming Patterns and Female Offenders. *Journal of Child Sexual Abuse*, *19*(4), 371–386. https://doi.org/10.1080/10538712.2010.495047

Lanning, K. (2010). *Child Molesters: A Behavioral Analysis for Professional Investigating the Sexual Exploitation of Children | Office of Justice Programs*. Www.ojp.gov.

https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/child-molesters-behavioral-analysis-professional-investigating

Lanning, K. (2017). The Evolution of Grooming: Concept and Term. *Journal of Interpersonal Violence*, *33*(1), 5–16. https://doi.org/10.1177/0886260517742046

Lemos, A. (2019). O processo de aliciamento sexual de menores na internet: diferentes perspetivas. *Repositorio-Aberto.up.pt.* https://hdl.handle.net/10216/123906

Malesky, L. A. (2007). Predatory Online Behavior: Modus Operandi of Convicted Sex Offenders in Identifying Potential Victims and Contacting Minors Over the Internet. *Journal of Child Sexual Abuse*, *16*(2), 23–32. https://doi.org/10.1300/j070v16n02_02

Manita, C. (2021). Online sexual grooming experiences in a portuguese sample. *Repositorio-Aberto.up.pt.* https://hdl.handle.net/10216/140208

Marcum, C. D. (2007). Interpreting the Intentions of Internet Predators: An Examination of Online Predatory Behavior. *Journal of Child Sexual Abuse*, *16*(4), 99–114. https://doi.org/10.1300/j070v16n04_06

McAlinden, A.-M. (2013). "Grooming" and the Sexual Abuse of Children: Implications for Sex Offender Assessment, Treatment and Management. *Sexual Offender Treatment*, *8*(1). https://pure.qub.ac.uk/en/publications/grooming-and-the-sexual-abuse-of-children-implications-for-sex-of

Mcalinden, A.-M. (2006). "Setting "Em Up': Personal, Familial and Institutional Grooming in the Sexual Abuse of Children. *Social & Legal Studies*, *15*(3), 339–362. https://doi.org/10.1177/0964663906066613

Melo, M. (2022). Aliciamento sexual de menores online: o papel das significações, perceções e cognições dos ofensores. *Repositorio-Aberto.up.pt.* https://hdl.handle.net/10216/145389

Office of the High Comissioner for Human Rights. (2024). *Children facing higher risk of sexual abuse and exploitation from misuse of technologies: Special Rapporteur*. OHCHR. https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/10/children-facing-higher-risk-sexual-abuse-and-exploitation-misuse

Parlamento Europeu. (2023). *Como a UE está a combater o abuso sexual de crianças na Internet | Temas | Parlamento Europeu*. Temas | Parlamento Europeu. https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20231116STO11629/como-a-ue-esta-a-combater-o-abuso-sexual-de-criancas-na-internet

Raffo, F. (2025, July 7). *El 97% de los jóvenes afirma haber sufrido algún tipo de violencia sexual en entornos digitales cuando eran menores*. El País. https://elpais.com/sociedad/2025-07-07/el-97-de-jovenes-afirma-haber-sufrido-algun-tipo-de-violencia-sexual-en-entornos-digitales-cuando-eran-menores.html

República Portuguesa. (1995). *Decreto-Lei n.º 220/95*. Diariodarepublica.pt. https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675-70093713

de Santisteban, P., & Gámez-Guadix, M. (2017). Estrategias de persuasión en grooming online de menores: un análisis cualitativo con agresores en prisión. *Psychosocial Intervention*, *26*(3), 139–146. https://doi.org/10.1016/j.psi.2017.02.001

de Santisteban, P., del Hoyo, J., Alcázar-Córcoles, M. Á., & Gámez-Guadix, M. (2018). Progression, maintenance, and feedback of online child sexual grooming: A qualitative analysis of online predators. *Child Abuse & Neglect*, *80*, 203–215. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.03.026

Spraitz, J., Bowen, K. N., & Strange, L. (2018). Proposing a Behavioral Taxonomy of Priest Sexual Grooming. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, *7*(1), 30. https://doi.org/10.5204/ijcjsd.v7i1.387

Stanfield, P. (2024, May 27). *World's first estimate of the scale of online child sexual exploitation and abuse - WeProtect Global Alliance*. WeProtect Global Alliance. https://www.weprotect.org/blog/worlds-first-estimate-of-the-scale-of-online-child-sexual-exploitation-and-abuse/

Suler, J. (2004). The online disinhibition effect. *CyberPsychology & Behavior*, *7*(3), 321–326. https://doi.org/10.1089/1094931041291295

Thornton, D. (2023). *Machiavellian Sex Offender (From Sex Offenders in the Community: Managing and Reducing the Risks, P 144-166, 2003, Amanda Matravers, ed., -- See NCJ-204789) | Office of Justice Programs*. Ojp.gov. https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/machiavellian-sex-offender-sex-offenders-community-managing-and?utm_source=chatgpt.com

UNICEF. (2023). *The State of the World's Children 2023 | UNICEF*. Www.unicef.org. https://www.unicef.org/reports/state-worlds-children-2023

United Nations Children's Fund. (2023). *International Classification of Violence against Children Suggested citation*. https://data.unicef.org/wp-content/uploads/2023/07/International-Classification-of-Violence-against-Children.pdf

Villacampa, C., & Gómez, M. J. (2016). Online child sexual grooming. *International Review of Victimology*, *23*(2), 105–121. https://doi.org/10.1177/0269758016682585

Wachs, S., Wolf, K. D., & Pan, C.-C. (2012). Cybergrooming: risk factors, coping strategies and associations with cyberbullying. *Psicothema*, *24*(4), 628–633. https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23079362/

Webb, E., Campbell, D., Schwartz, R., & Sechrest, L. (2000). Unobtrusive Measures, Revised Edition. *SAGE Publications, Inc.* https://doi.org/10.4135/9781452243443

Whittle, H. C., Hamilton-Giachritsis, C., & Beech, A. R. (2014). Victims' Voices: The Impact of Online Grooming and Sexual Abuse. *Universal Journal of Psychology*, *1*(2), 59–71. https://doi.org/10.13189/ujp.2013.010206

Williams, R., Elliott, I. A., & Beech, A. R. (2013). Identifying Sexual Grooming Themes Used by Internet Sex Offenders. *Deviant Behavior*, *34*(2), 135–152. https://doi.org/10.1080/01639625.2012.707550

Winters, G. M., & Jeglic, E. L. (2016). Stages of Sexual Grooming: Recognizing Potentially Predatory Behaviors of Child Molesters. *Deviant Behavior*, *38*(6), 724–733. https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1197656

Winters, G. M., Jeglic, E. L., & Kaylor, L. E. (2020). Validation of the Sexual Grooming Model of Child Sexual Abusers. *Journal of Child Sexual Abuse*, *29*(7), 1–21. https://doi.org/10.1080/10538712.2020.1801935

Winters, G. M., Kaylor, L. E., & Jeglic, E. L. (2017). Sexual offenders contacting children online: an examination of transcripts of sexual grooming. *Journal of Sexual Aggression*, *23*(1), 62–76. https://doi.org/10.1080/13552600.2016.1271146

Winters, G. M., Kaylor, L. E., & Jeglic, E. L. (2021). Toward a Universal Definition of Child Sexual Grooming. *Deviant Behavior*, *43*(8), 1–12. https://doi.org/10.1080/01639625.2021.1941427

Wolak, J., & Finkelhor, D. (2013). Are Crimes by Online Predators Different From Crimes by Sex Offenders Who Know Youth In-Person? *Journal of Adolescent Health*, *53*(6), 736–741. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.06.010

Wolak, J., Finkelhor, D., & Mitchell, K. (2004). Internet-initiated sex crimes against minors: Implications for prevention based on findings from a national study. *Journal of Adolescent Health*, *35*(5), 424.e11–424.e20. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2004.05.006

Wolak, J., Finkelhor, D., Mitchell, K. J., & Ybarra, M. L. (2008). Online "predators" and their victims: Myths, realities, and implications for prevention and treatment. *American Psychologist, 63*(2), 111–128. https://doi.org/10.1037/0003-066x.63.2.111

Wolf, M. R., & Pruitt, D. K. (2019). Grooming Hurts Too: The Effects of Types of Perpetrator Grooming on Trauma Symptoms in Adult Survivors of Child Sexual Abuse. *Journal of Child Sexual Abuse, 28*(3), 345–359. https://doi.org/10.1080/10538712.2019.1579292

World Health Organization. (2012).*Understanding and addressing violence against women: sexual violence*. Www.who.int. https://www.who.int/publications/i/item/WHO-RHR-12.37

Anexos

Anexo A

Diagrama de árvore

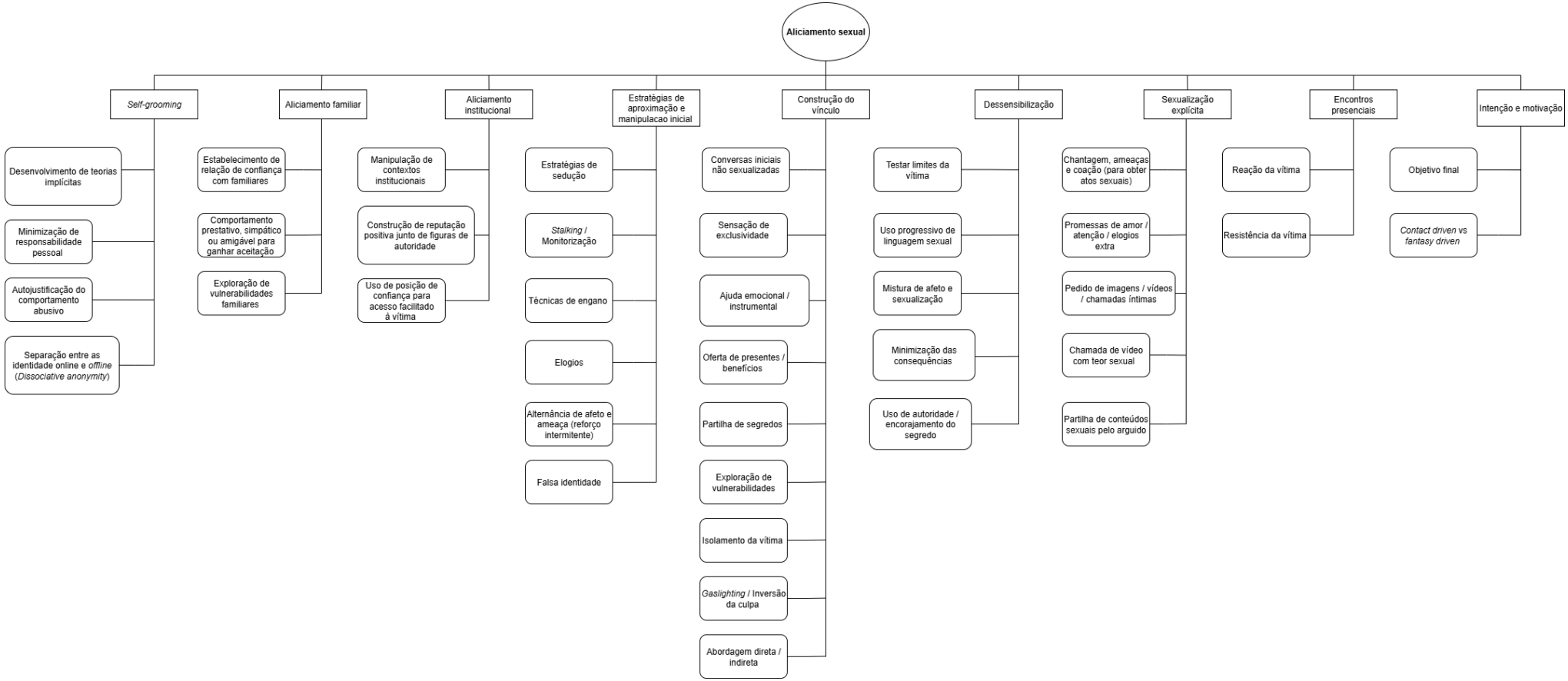


Figura 1 - Diagrama em árvore das estratégias de aliciamento sexual analisadas

FACULDADE DE **PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**